

aprova
concursos

TJ-CE

Analista Judiciário - Área Judiciária

Tribunal de Justiça
do Estado do Ceará



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.
Argumentação.
Pressupostos e subentendidos.
Níveis de linguagem.
Ortografia e acentuação.
Articulação do texto: coesão e coerência.
Classes de palavras. Sintaxe.
Termos da oração.
Processos de coordenação e subordinação.
Discurso direto e indireto.
Tempos, modos e vozes verbais.
Flexão nominal e verbal.
Concordância nominal e verbal.
Regência nominal e verbal.
Ocorrência da Crase.
Pontuação.
Equivalência e transformação de estruturas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de:
raciocínio verbal,
raciocínio matemático,
raciocínio sequencial,
orientação espacial e temporal,
formação de conceitos,
discriminação de elementos.
Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral. Ética, princípios e valores.

Ética e democracia: exercício da cidadania.

Ética e função pública.

Ética no setor público.

Resolução nº 08/2017 do Órgão especial do Estado do Ceará:

Código de Ética e Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará e Instituiu a Comissão Permanente de Ética e Disciplina.

Regimento Interno do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações;

supremacia da Constituição;

aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação do texto constitucional.

Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente.

Princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos;

direitos sociais;

nacionalidade;

direitos políticos;

partidos políticos.

Organização do Estado: organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção.

Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos;

militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Organização dos poderes no Estado:

Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições;

processo legislativo;

fiscalização contábil, financeira e orçamentária;

Comissões Parlamentares de Inquérito;

Tribunal de Contas do Estado.

Poder Executivo:

Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades;

Ministros de Estado;

Conselho da República e de Defesa Nacional.

Poder Judiciário: disposições gerais;

órgãos do Poder Judiciário: organização e competências;

Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

funções essenciais à Justiça: Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências. Advocacia pública: advocacia e defensoria pública.

Da defesa do Estado e das Instituições democráticas: Forças Armadas e Segurança Pública. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais,

limitações do poder de tributar,

impostos da União, dos Estados e dos Municípios.

Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.

Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos.

Ordem social: da seguridade social; da saúde;

previdência social;

assistência social;

do meio ambiente.

Controle de constitucionalidade: controle difuso e concentrado de constitucionalidade;

Ação Declaratória de Constitucionalidade;

Ação Direta de Inconstitucionalidade;

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão;

Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva;

controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito estadual e municipal. Súmula Vinculante.

Repercussão Geral.

Ações constitucionais: Habeas corpus. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas data. Ação Popular. Ação Civil Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: princípios básicos.

Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.

Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.

Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).

Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.

Responsabilidade civil do Estado: elementos definidores, prescrição.

Intervenção da Propriedade: desapropriação; procedimento judicial; indenização.

Bens públicos: conceito; afetação e desafetação; aquisição e alienação.

Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos; concurso público; nepotismo; contratação temporária; sistema remuneratório.

Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará e alterações), disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição;

direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição;

regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Lei estadual nº 16.397/2017 – Organização Judiciária do Estado do Ceará (disponível em <https://www.tjce.jus.br/institucional/leis-e-normas/>).

Legislação Previdenciária do Estado do Ceará: sistema de previdência dos servidores civis e militares; aposentadoria e pensão; previdência complementar.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.

Responsabilidade extracontratual do Estado.

Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que alterou a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992).

Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 14.133/2021).

Convênios administrativos.

Pregão (Lei nº 10.520/2002).

Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/2011).

DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do direito brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço.

Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência.

Pessoas jurídicas.

Domicílio.

Bens: classes.

Fato jurídico.

Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

Negócio jurídico.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações: características, espécies, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento. Contratos: disposições gerais, extinção e espécie de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais.

Responsabilidade civil.

Títulos de Crédito.

Empresário.

Sociedade: sociedades não personificadas, sociedades personificadas.

Estabelecimento.

Institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos, escrituração.

Posse.

Usucapião.

Direitos reais: propriedade, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador.

Direitos reais de garantia.

Direito de laje.

Direito de família: casamento, relações de parentesco,

regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos.

Bem de família.

União Estável.

Concubinato.

Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

Direito das sucessões: sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária.

Inventário e partilha.

Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992).

Alimentos (Lei nº 5.478/1968).

Alimentos gravídicos (Lei nº 11.804/2008).

Bem de família (Lei nº 8.009/1990).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): disposições preliminares, conceito do princípio da proteção integral e direitos fundamentais. Direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos, colocação da criança ou do adolescente em família substituta, guarda, tutela, adoção, perda e suspensão do poder familiar, autorização para viagem de criança ou adolescente.

Inquilinato (Lei nº 8.245/1991).

Locação: disposições gerais e especiais.

Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo.

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): direitos do consumidor.

Relação de consumo;

direitos básicos do consumidor;

responsabilidade pelo fato e por vícios dos produtos e serviços e excludentes de responsabilidade civil nas relações de consumo;

prescrição e decadência;

práticas comerciais, proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento defesa do consumidor em juízo.

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

“Lei da Usura” (Decreto nº 22.626/1933).

Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969).

Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997).

Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).

Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997).

Estatuto da Cidade e Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).

“Lei do distrato” (Lei nº 13.786/2018).

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).

Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020).

Provimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 16/2012; 63/2017; 73/2018; 83/2019. Entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação.

Direito Processual Intertemporal. Critérios. Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores.

Competência originária dos Tribunais Superiores.

Competência absoluta e relativa.

Modificações. Meios de declaração de incompetência.

Conflitos de competência e de atribuições.

Direito de ação. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores.

Concurso e cumulação de ações.

Conexão e continência.

Processo: Noções gerais.

Relação Jurídica Processual.

Pressupostos Processuais. Processo e procedimento.

Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito.

Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

Sujeitos Processuais. Juiz.

Mediadores e Conciliadores. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades.

Impedimentos e Suspeição.

Organização judiciária estadual.

Partes e Procuradores.

Capacidade e Legitimação.

Representação e Substituição Processual.

Litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros. Da Assistência. Da Denúnciação da Lide.

Do Chamamento ao Processo. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Do Amicus Curiae. Advogado. Ministério Público.

Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública.

Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.

Atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos.

Comunicações. Nulidades.

Procedimento comum. Aspectos Gerais. Fases.

Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Prazos e preclusão. Prescrição. Revelia.

Formação, suspensão e extinção do processo.

Contestação. Reconvênção. Das Providências preliminares e do Saneamento.
Julgamento conforme o estado do processo.
Provas. Audiências. Conciliação e Mediação. Instrução e julgamento.
Distribuição do ônus da prova. Fatos que independem de prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documentos ou coisas. Prova testemunhal.
Prova pericial. Inspeção judicial. Exame e valoração da prova. Produção Antecipada de Provas. Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.
Requisitos. Fungibilidade.
Princípios Gerais. Protesto, notificação e interpelação. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e Apreensão. Exibição. Justificação.
Sentença. Conceito. Classificações. Elementos essenciais. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Do cumprimento da Sentença.
Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites.
Remessa Necessária.
Meios de impugnação à sentença.
Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais.
Apelação.
Agravos.
Embargos de Declaração.
Embargos de Divergência.
Recurso Ordinário.
Recurso Especial.
Recurso Extraordinário.
Recursos nos Tribunais Superiores.
Reclamação e correição. Repercussão geral.
Súmula vinculante.
Recursos repetitivos.
Precedentes.
Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
Liquidação de Sentença.
Espécies. Procedimento.
Processo de Execução.
Princípios gerais. Espécies.
Execução contra a Fazenda Pública.
Cumprimento de sentença contra a fazenda pública; impugnação; expedição requisitório para pagamento.
Execução de obrigação de fazer e de não fazer.
Descumprimento.
Execução por quantia certa.
Embargos de Terceiros.

Exceção de pré-executividade.
Remição.
Suspensão e extinção do processo de execução.
Procedimentos Especiais. Generalidades. Características. Espécies.
Ação de Consignação em Pagamento.
Ação Monitória.
Ação de Exigir Contas.
Ações Possessórias.
Restauração de autos.
Ação Popular.
Ação Civil Pública.
Ação de Improbidade.
Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo.
Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/95.
Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios: Lei nº 12.153/2009.
Do Processo Judicial Eletrônico: Lei nº 11.419/2006.

DIREITO PENAL

Fontes do direito penal: Princípios aplicáveis ao direito penal.
Aplicação da lei penal.
A lei penal no tempo e no espaço.
Tempo e lugar do crime.
Lei penal excepcional, especial e temporária.
Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
Pena cumprida no estrangeiro.
Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo.
Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal.
Conflito aparente de normas penais.
Crime: classificação, teorias, o fato típico e seus elementos, relação de causalidade, superveniência de causa independente, relevância da omissão, crime consumado e tentado, pena da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível, crime doloso, culposo e preterdoloso, agravação pelo resultado, concurso de crimes, erro sobre elementos do tipo, discriminantes putativas, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa, erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), coação irresistível e obediência hierárquica, ilicitude e causas de exclusão, excesso punível. Culpabilidade, teorias, elementos e causas de exclusão.

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Penas: espécie, cominação, aplicação, dosimetria, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução.

Medidas de segurança.

Ação penal. Punibilidade e causas de extinção.

Crimes em espécie: contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública.

Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Preconceito Racial (Lei nº 7.716/1989).

Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).

Crimes em licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).

Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).

Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Crimes contra idosos (Lei nº 10.741/2003).

Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).

Lei antidrogas (Lei 11.343/2006).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).

Lei "Anticrime" (Lei nº 13.964/2019).

Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997).

Crimes previstos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios gerais e constitucionais do processo penal.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

Fontes e Interpretação da Lei processual penal.

Persecução penal.

Inquérito policial, Termo circunstanciado de ocorrência.

Comissão parlamentar de inquérito.

Investigação criminal promovida pelo Ministério Público.

Outras formas de investigação.

Arquivamento de inquérito.

Denúncia.

Sujeitos do processo: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.

Impedimentos e suspeições.

Atos processuais: comunicações, citações, intimações e notificações.

Decisões interlocutórias.

Audiência de custódia.

Audiência de instrução.

Sentença: tipos, estrutura, efeitos. Fixação da pena.

Jurisdição e competência.

Crítérios de determinação e modificação de competência.

Perpetuatio Jurisdictionis.

Incompetência.

Conexão e continência.

Das questões e processos incidentes.

Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto.

Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado.

Restituição das coisas apreendidas.

Perdimento de bens.

Alienação antecipada de bens.

Da prova: conceito, princípios, finalidade, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.

Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados.

Da prisão em flagrante.

Prisão temporária.

Prisão preventiva.

Prisão domiciliar.

Medidas cautelares diversas da prisão.

Liberdade provisória.

Fiança.

Ação penal.

Processo e procedimento.

Pressupostos processuais.

Formas procedimentais.

Procedimento comum ordinário.

Procedimento comum sumário.

Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri, nos crimes de abuso de autoridade, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes contra a honra, nos crimes contra a propriedade imaterial, nas restaurações de autos extraviados ou destruídos.

Das nulidades.

Dos recursos.

Recursos especial e extraordinário.

Coisa julgada.

Revisão criminal.

Habeas corpus. Mandado de segurança.

Execução Penal.

Competência.

Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direito e das medidas de segurança. Regimes de cumprimento da pena.

Juizado especial criminal (Lei nº 9.099/1995).

Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).

Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/1999).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).

Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).

Drogas (Lei nº 11.343/2006).

Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019).



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br